

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE CAFEEIRA NO VALE  
DO PARAÍBA FLUMINENSE DE 1850 A 1888**

JOÃO PAULO MOTTA DE ANDRADE

MATRÍCULA: 106026102

ORIENTADOR: ALMIR PITA FREITAS FILHO

FEVEREIRO DE 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE CAFEEIRA NO VALE  
DO PARAÍBA FLUMINENSE DE 1850 A 1888**

---

JOÃO PAULO MOTTA DE ANDRADE

MATRÍCULA: 106026102

ORIENTADOR: ALMIR PITA FREITAS FILHO

FEVEREIRO DE 2011

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor*

## **Resumo**

A cafeicultura foi a principal atividade econômica do Brasil durante a maior parte do século XIX. Do início do século até meados da década de 1880, a principal região produtora foi o Vale do Paraíba fluminense. O objetivo do presente trabalho é discutir os principais determinantes do declínio da produção na região, verificado a partir da década de 1870. Para tal, utiliza-se a abordagem dissertativa descritiva, analisando num primeiro momento o início da atividade cafeeira no Brasil, e posteriormente os dois principais períodos da cafeicultura na região: o auge, que se estendeu pelas décadas de 1850 e 1860; e o declínio da produção nas décadas de 1870 e 1880. Conclui-se que os principais determinantes da decadência do café nas terras do Vale do Paraíba fluminense foram: a escassez e a elevação do preço da mão-de-obra escrava, e a degradação dos solos da região.

# Índice

Relação de tabelas.....	6
Introdução .....	7
<b>Capítulo I. A implantação e o início da cafeicultura no Brasil</b>	
1.1 A introdução do café no Brasil .....	9
1.2 Os fatores determinantes da expansão cafeeira.....	12
<b>Capítulo II. Os anos de prosperidade: as décadas de 1850 e 1860</b>	
2.1 A Lei de Terras .....	17
2.2 A questão da mão-de-obra .....	19
2.3 O apogeu das grandes fazendas e a organização da produção cafeeira no Vale do Paraíba fluminense.....	22
2.4 Financiamento, transporte e comercialização da produção .....	26
2.5 As relações sociais no interior das fazendas.....	28
<b>Capítulo III. O declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense</b>	
3.1 O fim da prosperidade .....	32
3.2 O agravamento da crise .....	34
3.3 A Abolição e suas consequências.....	38
3.4 O café no Oeste Paulista.....	40
Conclusão .....	44
Referências Bibliográficas .....	46

## Relação de tabelas

<b>Tabela 1: Exportações brasileiras de café por decênios (milhares de sacas de 60 kg)</b> .....	<b>15</b>
<b>Tabela 2: Declínio da população escrava no Brasil 1850-1888</b> .....	<b>22</b>
<b>Tabela 3: Exportações brasileiras de café de 1857 a 1869 (em 1.000.000 de sacas)</b> .....	<b>23</b>
<b>Tabela 4: Empréstimos e dívidas de algumas fazendas de Vassouras, 1878-1895</b> .....	<b>35</b>

## Introdução

O presente trabalho tem por objetivo tratar os principais determinantes do declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba fluminense ocorrido nas últimas décadas do século XIX. Para isso, será feita uma análise dos dois períodos mais importantes da atividade na região.

Nas décadas de 1850 e 1860 se deu o apogeu do café no Vale do Paraíba. A elevação da demanda externa e dos preços do produto, juntamente com a disponibilidade de uma vasta área de terras virgens para o cultivo, foram fatores de extrema importância neste período de ascensão.

Já nas décadas seguintes, a situação mudou bastante. Diminuiu consideravelmente a disponibilidade de terras virgens, sendo que boa parte das que já estavam ocupadas pelos cafeeiros se encontravam num estágio bastante elevado de degradação. O problema da escassez da mão-de-obra escrava, deflagrado principalmente depois da proibição do tráfico negreiro em 1850, se agravou ainda mais, causando a elevação dos preços dessa força de trabalho. A década de 1880 marca a transferência do principal centro produtor para o Oeste Paulista.

A hipótese defendida pelo presente trabalho é de que as principais causas do declínio da atividade cafeeira no Vale do Paraíba foram: a escassez e a elevação do preço da mão-de-obra escrava, e a degradação dos solos da região.

A metodologia utilizada tem como foco central o estudo de importantes autores que abordaram o tema, com maior destaque para Stanley Stein, através de seu livro: *Vassouras, Um município brasileiro do café*.

O primeiro capítulo do trabalho analisa o período inicial da cafeicultura no Brasil, mostrando como a cultura se disseminou pelo território nacional e como o produto foi ganhando importância comercial, ressaltando os principais fatores que determinaram este processo.

Em seguida, o segundo capítulo trata do período de ascensão da cafeicultura no Vale do Paraíba. Os dois primeiros tópicos do capítulo tratam de duas questões de grande importância para a época: A criação da Lei de Terras e a proibição do tráfico internacional de escravos, respectivamente. A terceira parte do capítulo analisa o ciclo

de prosperidade que se perpetuava pelas fazendas do Vale do Paraíba, e também mostra como estava organizada a produção cafeeira na região. Na seqüência, são abordadas outras importantes etapas da atividade cafeeira: o financiamento, o transporte e a comercialização da produção. A última parte do capítulo mostra como se davam as relações sociais no interior das grandes propriedades da região nesta época.

O terceiro capítulo analisa o período de declínio da produção na região, verificado nas últimas décadas do século XIX, e as principais conseqüências da Abolição da Escravatura na região do Vale do Paraíba. A última parte do capítulo trata da expansão da cafeicultura em terras do Oeste Paulista, que superou a produção do Vale, tornando-se a principal região produtora do país a partir da década de 1880.

Finalmente, a última parte do trabalho apresenta as conclusões a respeito dos principais fatores que determinaram a crise da cafeicultura na região estudada.



## **Capítulo I – A implantação e o início da cafeicultura no Brasil**

O presente capítulo tem por objetivo analisar o início da atividade cafeeira no Brasil, segundo principalmente a visão da autora Ana Luiza Martins, através do estudo de sua obra: *História do café*.

A primeira parte do capítulo analisa a chegada das primeiras sementes do produto ao país, além de ressaltar também como a cultura foi se espalhando pelo território nacional. Na seqüência, a segunda parte trata os principais aspectos que determinaram a expansão cafeeira ocorrida a partir do fim do século XVIII.

### **1.1 A introdução do café no Brasil**

O café foi introduzido no país, de acordo com Martins (2008), pelo Sargento-mor Francisco de Melo Palheta, que trouxe da Guiana Francesa as primeiras sementes no ano de 1727. Com o pretexto de solucionar oficialmente questões de fronteira com o território vizinho, onde já se plantava café desde 1723, o Governador do Pará enviou-o àquela colônia para que trouxesse sementes da preciosa planta. As autoridades daquela localidade impunham uma rigorosa fiscalização, visando impedir a saída do produto com seu pergaminho (membrana responsável pela sua germinação).

A vinda do café para o Brasil só foi possível através da intermediação de uma mulher, Madame D'Orvilliers, esposa do Governador de Caiena, que presenteou o oficial com um punhado de sementes e algumas mudas de café, que as trouxe para o Brasil. Palheta foi o primeiro cafeeiro do país, formando seu cafezal no Pará, e chegando a possuir mais de mil pés. O café foi posteriormente introduzido no Maranhão, onde se aclimatou razoavelmente, permitindo inclusive, seu despacho para Portugal já no ano de 1731, ou seja, apenas quatro anos depois da chegada do produto ao Brasil. Entretanto, as atenções da metrópole estavam muito mais voltadas para outras atividades mais lucrativas na época, em especial a mineração (MARTINS, 2008).

Segundo a autora, durante boa parte do século XVIII a propagação do cultivo do café limitou-se basicamente ao Norte e Nordeste do país, onde a produção era bastante

restrita, com o predomínio das pequenas plantações. Os solos da região amazônica não eram os mais adequados para o cultivo do café, o que dificultou bastante a efetiva implantação da cultura nessa região.

Prado Júnior (1970) observa que as regiões mais ao Sul do Brasil apresentavam importantes vantagens em relação ao Norte, com destaque para a disponibilidade de grandes reservas de terras virgens e inexploradas, além do clima bastante favorável, com temperaturas amenas e pluviosidade bem distribuída.

A cultura chega ao Rio de Janeiro no ano de 1760, trazida pelo Desembargador João Alberto Castelo Branco. Este, sabendo da rápida difusão do consumo do produto pelo mundo, trouxe de Belém algumas mudas em caráter experimental, distribuindo-as entre alguns estrangeiros proprietários de chácaras (com destaque para João Hoppmann), e entre alguns grupos religiosos, que efetuaram suas plantações nos próprios conventos e mosteiros. Castelo Branco também efetuou o plantio de algumas mudas nos fundos de sua propriedade. Dentre estes pioneiros da cafeicultura no Rio de Janeiro, o imigrante holandês Hoppmann tornou-se referência. Devido às tradições de cultivo nas colônias de seu país de origem, este estrangeiro já era bastante familiarizado com o produto, conhecendo bem as etapas de seu cultivo, e assim, obtendo um sucesso considerável para a época (MARTINS, 2008).

Na visão da autora, mesmo com forte incentivo por parte do governo no sentido de promover a nova cultura, o café foi inicialmente rejeitado pela grande maioria dos senhores de engenho fluminenses, que tinham a cana-de-açúcar como foco principal neste momento. As preocupações do governo se justificavam pela forte concorrência internacional do açúcar de beterraba, fazendo com que o Brasil perdesse mercado, ao mesmo tempo em que os preços do produto declinavam.

Na virada para o século XIX, conforme salientou a autora, o café havia se disseminado por áreas importantes da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para as montanhas da Gávea, Corcovado, Tijuca e a região de Jacarepaguá. Nesta época o café foi deixando de ser plantado apenas para o consumo local ou para enfeitar as propriedades, passando de maneira bastante rápida para o cultivo em escala comercial.

Salles (2008, p.139) descreve os caminhos percorridos pelo café, que se alastrou pela província do Rio de Janeiro nas três primeiras décadas do século XIX, ao longo de dois eixos principais:

“O primeiro se estendeu, aproximadamente a partir de 1820, de Laranjeiras, Tijuca e Serra do Medanha, na cidade do Rio de Janeiro, em direção à Serra Acima, no Vale do Paraíba. Desse primeiro eixo, a expansão se bifurcou: um braço pelo Caminho de São Paulo, buscando Barra Mansa e Resende, em terras fluminenses, e Bananal, Areias e Queluz, no Vale do Paraíba paulista; o outro, pelo Caminho Novo, demandando Paty do Alferes, Vassouras e Valença. O segundo eixo partiu de São Gonçalo e Itaboraí, pelo Caminho das Minas de Cantagalo, em direção a Nova Friburgo, Cantagalo, Aldeia da Pedra (Itaocara) e, mais tarde, em direção a Cambuci e São Fidélis. Na década de 1830, o café avançava pelo Rio Paraíba, acima de Entre-Rios (Três Rios) e Paraíba do Sul, para Sapucaia e Porto Novo”.

Conforme observado no trecho anterior, o café chegou ao Vale do Paraíba no início do século XIX. Stein (1990) ressaltou que os solos férteis da Mata Atlântica, a temperatura amena e as chuvas regulares durante o ano fizeram com que esta região tivesse condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da cafeicultura. Outra característica marcante desta região é a forte presença de morros de forma arredondada, mais conhecidos como “meias-laranjas”, também comuns em outras partes do Sudeste brasileiro, sendo bastante favoráveis ao cultivo do café. Em comparação com o clima quente e úmido das planícies costeiras, o clima da região tinha a vantagem de ser moderado o ano inteiro. A expansão da cafeicultura em direção ao Vale do Paraíba, e sua boa adaptação às condições locais são relatadas no trecho a seguir:

“No início do século, o café era um exótico arbusto crescido em jardins e encostas de montanhas ao redor da capital e preparado principalmente para o consumo local. Logo depois, seu cultivo numa escala comercial espalhou-se dos arredores do Rio de Janeiro em direção aos planaltos contiguamente ao norte. Nessa região, o arbusto adaptou-se tão bem a topografia, solo e clima locais que seu cultivo se expandiu rapidamente – de início ao longo das estradas usadas pelos comboios de mulas que viajavam entre os centros mineiros de Minas Gerais e a capital, e mais tarde acima e abaixo do Vale do Paraíba”. (STEIN, 1990, p. 28)

Segundo Martins (2008), o florescimento da cafeicultura em escala comercial se deu no Vale do Paraíba fluminense, com destaque para os municípios de Vassouras,

Valença, Barra Mansa e Resende. Entretanto, a autora observa que desde a vinda das primeiras sementes ao país, em 1727, até a chegada da Corte ao Rio de Janeiro em 1808, o café se propagou de forma bastante lenta e modesta.

Prado Júnior (1970) também afirma que o Vale do Paraíba foi o primeiro grande cenário da cafeicultura brasileira, atraindo populações de diversas outras regiões e reunindo ali a maior parcela da riqueza do país.

O autor ainda ressalta que, apesar do café ter se disseminado largamente pelo país, o Brasil ainda ocupava uma posição bastante modesta entre os maiores produtores de café no início do século XIX, visto que o século anterior foi amplamente dominado por outras atividades, com destaque maior para a mineração, o açúcar e o algodão. Não era grande a aceitação do café durante a maior parte do século XVIII. O produto foi ganhando importância comercial somente nos últimos anos deste mesmo século e no início do século seguinte.

Partilhando do mesmo pensamento, Viotti da Costa (1977) afirma que o café, que não tinha grande importância comercial no período colonial, tornou-se no século XIX o produto mais importante da economia brasileira, superando inclusive o açúcar.

## **1.2 Os fatores determinantes da expansão cafeeira**

Segundo Martins (2008), existiam inúmeras condições internas que foram extremamente favoráveis para a expansão da atividade cafeeira no país, com destaque para o clima e o solo, além da disponibilidade de mão-de-obra farta e ainda barata. Os custos de produção eram mais baixos se comparados à atividade açucareira, exigindo inclusive menos mão-de-obra. Outra importante vantagem foi o fato de que as antigas instalações dos engenhos poderiam ser aproveitadas para o beneficiamento do café.

De acordo com a autora as primeiras fazendas de café dos tempos imperiais aproveitaram as estruturas pré-existentes nas propriedades (os antigos engenhos de açúcar), e apenas reorganizaram e adaptaram o espaço anterior à cafeicultura. Em muitos casos as propriedades praticavam ambas as atividades, porém com o passar do tempo o café passou a predominar.

A prosperidade de alguns produtores acabava por atrair a atenção de novos investidores, que apostavam no produto. Havia nesta época uma boa disponibilidade de capitais para serem investidos na cafeicultura, pois representantes de vários outros segmentos econômicos buscavam aplicações alternativas para suas rendas (MARTINS, 2008).

Para a autora, a disseminação da cultura pelo interior do Rio de Janeiro também se beneficiou de uma rede de caminhos e estradas que já existiam, propiciando o escoamento da produção e sua efetiva colocação no mercado. Ao longo destas estradas, importantes cidades floresceram com a atividade cafeeira, com destaque para Rezende, Barra Mansa, Vassouras, entre diversas outras.

Martins (2008) afirma que a efetiva propagação da lavoura cafeeira pelo Vale do Paraíba fluminense também foi amplamente facilitada pela proximidade em relação ao porto do Rio de Janeiro, até então, o principal porto exportador do país, de onde saía a maior parte da riqueza brasileira.

Com esta mesma perspectiva, Furtado (2006) também ressaltou a proximidade da principal região produtora, o Vale do Paraíba, em relação ao porto exportador, permitindo assim solucionar o problema do transporte através da utilização do veículo que existia em abundância nesta época: a mula.

Ao mesmo tempo em que o café prosperava, outras atividades extremamente importantes para a economia do país estavam em declínio. De acordo com Furtado (2006), nesta época o mercado do açúcar estava se tornando cada vez menos promissor para o Brasil. O mercado inglês era abastecido diretamente pelas colônias antilhanas, enquanto o mercado norte-americano era abastecido principalmente por Cuba.

O café foi aos poucos tomando o lugar do açúcar e ganhando importância nas propriedades rurais. Com esta perspectiva, Dean (1977, p.42) observou:

“Não é difícil compreender por que a cultura do café substituiu a do açúcar nas grandes propriedades. Em primeiro lugar, a demanda mundial de café era bastante mais acentuada que a do açúcar em quase toda a primeira metade do séc. XIX. Além disso, os custos de produção eram um pouco mais baixos. O café exigia menos mão-de-obra. Ainda que a colheita e o beneficiamento das duas culturas necessitassem mais ou menos do mesmo trabalho, a cana tinha de ser replantada a cada três anos, geralmente, enquanto um cafeeiro poderia durar 30 ou 40”.

Na opinião de Furtado (2006), a situação do algodão (segundo principal produto de exportação do Brasil no início do século XIX) era tão difícil, senão pior que a do açúcar. Os Estados Unidos transformaram sua produção em grande escala, fazendo com que os preços caíssem muito. Com este novo nível de preços a rentabilidade da produção brasileira tornou-se extremamente baixa, levando muitos produtores a abandonarem a atividade.

Assim como o açúcar e o algodão, a mineração também enfrentava graves dificuldades desde o fim do século XVIII, fazendo com que toda a região mineradora se encontrasse em decadência. O autor afirma que o declínio desta atividade acabou por liberar mão-de-obra e recursos financeiros para serem aplicados na cafeicultura, que estava em rápida ascensão.

Em síntese, segundo Silva (2008, p.36), “Os produtos tradicionalmente exportados pelo Brasil – açúcar, algodão, e outros menores, como fumo, couro, arroz e cacau – não davam perspectivas de recuperar o dinamismo ou, não admitiam grandes possibilidades de expansão”.

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil, no ano de 1808, também foi de extrema importância para a propagação da atividade cafeeira na visão de Martins (2008). No plano econômico, a abertura dos portos ao comércio internacional fez com que muitos estrangeiros de várias partes do mundo passassem a se interessar mais por esta parte da América. Assim, a cidade portuária do Rio de Janeiro foi aos poucos se projetando no cenário internacional.

Os incentivos do governo também foram de grande valia para o sucesso da cafeicultura no país. D. João além de fornecer as sementes que os fazendeiros necessitavam, também distribuiu terras a diversos fidalgos portugueses que vieram em

sua comitiva de Portugal para o Brasil (MARTINS, 2008).

Como lembra Prado Júnior (1970), não foram apenas os fatores internos que propiciaram a expansão da cafeicultura em escala comercial. Um fator de extrema importância foi o aumento da demanda externa, num período em que o consumo do produto crescia rapidamente por todo o mundo.

O autor observa que o desenvolvimento do mercado norte-americano, ocorrido depois do seu processo de Independência, estimulou amplamente a cafeicultura no Brasil. A relativa proximidade geográfica entre os países e a preferência dos Estados Unidos por mercados livres da dominação britânica foram fatores decisivos para o aumento da demanda pelo café brasileiro.

De acordo com Silva (2008) a produção nacional cresceu robustamente durante o século XIX (vide tabela 1), baseada no princípio das inversões cada vez maiores na aquisição de novas terras.

Tabela 1: Exportações brasileiras de café por decênios (milhares de sacas de 60 kg)

Período	Volume exportado
1821-30	3.178
1831-40	10.430
1841-50	18.367
1851-60	27.339
1861-70	29.103
1871-80	32.509
1881-90	51.631

Fonte: PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, 1970, p.160

Na visão de Barros de Castro (1980), a cafeicultura tinha um forte caráter itinerante. A expansão da atividade esteve intimamente ligada à incorporação de novas terras, visto que as áreas antigas de produção iam aos poucos perdendo sua fertilidade natural e se degradando. O autor ressalta que esta lavoura em expansão compreendia: as regiões onde a atividade estava consolidada; as novas áreas produtoras; e as áreas onde a cultura se encontrava em decadência. Entretanto, somente nos capítulos seguintes - que abordam o auge e o declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba, e sua posterior expansão para o Oeste Paulista - é que se pode ter uma visão mais ampla em relação a

esta questão.

Por fim, cabe notar que a partir da análise de todos os autores mencionados anteriormente fica bastante clara a confluência de inúmeros fatores, tanto internos quanto externos, que foram fundamentais para a expansão e o sucesso da cafeicultura no Brasil ao longo do século XIX. O capítulo seguinte faz uma abordagem mais direta da cafeicultura no Vale do Paraíba, ressaltando o período de auge da atividade na região, que compreendeu principalmente as décadas de 1850 e 1860.



## **Capítulo II. Os anos de prosperidade: as décadas de 1850 e 1860**

Este segundo capítulo aborda os principais aspectos relacionados ao período de apogeu da cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense, de acordo principalmente com a visão de Stanley Stein.

Cabe ressaltar que neste mesmo período em que a cafeicultura prosperava na região, ocorreram mudanças significativas em relação ao acesso à terra e ao trabalho no Brasil, sendo assim, a primeira parte do capítulo trata da Lei de Terras, de 1850, que representou uma mudança fundamental na questão das terras no país, estipulando que o acesso à mesma somente ocorreria mediante ao ato de compra. Na sequência, é abordada a questão da mão-de-obra, que passou por grandes modificações depois da proibição do tráfico internacional de escravos, também ocorrido no ano de 1850.

A terceira parte do capítulo aborda o ciclo de prosperidade que se perpetuava pelas fazendas do Vale do Paraíba nesta época, e também mostra como estava organizada a produção cafeeira na região, desde o plantio até o beneficiamento do produto. Em seguida são tratadas outras importantes etapas da atividade, entre as quais, o financiamento, o transporte e a comercialização da produção. A última parte do capítulo trata das relações sociais que se desenvolviam no interior das grandes fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense.

### **2.1 A Lei de Terras**

No mesmo momento em que a cafeicultura entrava em uma fase de forte ascensão na região do Vale do Paraíba, ou seja, em meados do século XIX, a questão do acesso à terra no Brasil passou por uma grande modificação, com a criação da Lei de Terras.

Na visão de Viotti da Costa (1977) inúmeros fatores contribuíram para a incorporação da terra e do trabalho à economia industrial e comercial, entre os quais, o crescimento populacional durante o século XIX, as migrações internas e internacionais, os melhoramentos nos meios de transporte e a acumulação de capital.

De acordo com a autora, ocorreu uma forte expansão das fronteiras em direção às regiões onde havia terras virgens disponíveis. Estas regiões passaram a ser exploradas intensamente, gerando aumento da demanda por trabalho agrícola.

Para a autora, a questão da posse de terras no Brasil avançou bastante no ano de 1850, quando a Lei de Terras foi decretada no país. Esta lei proibia qualquer outro meio para a aquisição de terras que não fosse a compra, e assim colocando fim aos meios tradicionais adotados para a aquisição de terras até então: as doações e as concessões da Coroa. Além disso, segundo Viotti da Costa (1977, p.129), “Criou-se um serviço burocrático encarregado de controlar a terra pública e de promover a colonização: a Repartição Geral das terras públicas”.

A terra era vista, no início da colonização, como parte do patrimônio pessoal do rei. A aquisição de um lote de terra era realizada através da solicitação de uma doação pessoal, sendo que a decisão do rei para conceder ou não este privilégio se baseava na avaliação do pretendente, observando suas qualidades pessoais, seu status social e os serviços prestados à Coroa. A aquisição de terras estava mais relacionada à decisão final do rei do que do direito do pretendente (VIOTTI DA COSTA, 1977).

A Lei de Terras de 1850 estabelecia, segundo a autora, que a única maneira de se adquirir terra era comprando-a do governo, sendo que este atuaria como mediador entre o provável proprietário e o domínio público. A partir desta lei, as relações pessoais entre o rei e o pretendente passaram a não ter importância, pois a terra poderia ser adquirida por qualquer pessoa que tivesse capital suficiente. Na época em que a terra era uma doação real, o rei poderia impor determinadas condições, possibilitando assim uma regulação de seu uso e sua ocupação, além de ter o poder de estipular o tamanho de cada lote e quantas doações cada pessoa poderia receber.

Viotti da Costa (1977) afirma que no período de forte expansão da cafeicultura no Brasil, sobretudo no Vale do Paraíba (meados do século XIX) era grande a ânsia dos grandes fazendeiros por novas terras virgens para o cultivo. Eles tinham a necessidade de legalizar suas propriedades e obter trabalho, nesta época em que a escravidão no país estava sofrendo forte pressão por parte da Inglaterra. A nova lei acabou por expressar os anseios dos proprietários rurais, no sentido de regularizar a propriedade rural.

A lei exigia a demarcação de todas as posses de terras, terminando assim com as disputas e determinando a legitimação de cada propriedade, fazendo com que o

processo de compra e venda fosse facilitado. A lei também ajudaria a resolver outro problema da época, que era o grande número de arrendatários que viviam na periferia das grandes propriedades às custas dos fazendeiros. Além disso, segundo Viotti da Costa (1977, p.135), “[...] a concentração da propriedade territorial resultante das vendas das terras públicas tornaria mais fácil criar um sistema de estradas e ferrovias, facilitando para mais pessoas o acesso ao mercado”.

Segundo a autora, a adoção de uma nova política de terras, tanto no Brasil como também nos Estados Unidos (*Homestead Act*), foi resultado da expansão econômica. No caso do Brasil, essa expansão estava ligada basicamente à exportação de produtos primários, sobretudo o café, depois da independência do país. Já nos Estados Unidos, não era somente o *plantation* a base da economia. A indústria deste país se desenvolveu consideravelmente com a expansão do seu mercado interno e com a disponibilidade de capital. A expansão da economia norte-americana afetou principalmente a região nordeste daquele país, enquanto no sul, a manutenção da estrutura econômica tradicional, baseada em grandes propriedades rurais, propiciava a difusão de idéias escravocratas (assim como também ocorria no Brasil).

A partir da análise da autora, fica bastante evidente a importância dessa nova lei, que regulamentou o acesso à terra como sendo somente mediante à compra, sendo assim, a lei acabou por dar uma maior transparência a este processo, que anteriormente dependia de outros fatores senão a capacidade financeira, como por exemplo o prestígio e o status social. Na mesma época em que foi criada a Lei de Terras, outra importante lei entrava em vigor no país: a Lei Eusébio de Queiroz, que regulamentava o fim do tráfico negreiro, também no ano de 1850, que será tratada a seguir.

## **2.2 A questão da mão-de-obra**

De acordo com Stein (1990), o comércio de escravos africanos era parte importante da economia brasileira até o início do século XIX, porém nessa época Portugal se envolveu na questão da abolição do tráfico. No Congresso de Viena em 1815, Portugal, que tinha estreitas relações comerciais com a Inglaterra, concordou em cooperar com esse país na questão da gradativa abolição do tráfico de escravos. Mesmo

com a separação em relação a Portugal, o Brasil reconheceu esse compromisso, que era de suma importância para que a Inglaterra reconhecesse o Império Brasileiro. Entretanto, as medidas para a gradativa abolição do tráfico passaram posteriormente por um processo de modificações e relaxamento. Isso ocorreu devido ao fato de que a economia do país estava apoiada na prosperidade dos cafeicultores, que dependiam dos braços escravos em suas lavouras.

Stein (1990) afirma que o tráfico de escravos para o Brasil teve seu auge na década de 1840. O recorde máximo na importação de escravos ocorreu no ano de 1848, quando 60 mil africanos chegaram ao Brasil. A partir deste momento o desembarque de novos escravos atenuou bastante, devido principalmente à atividade das patrulhas inglesas, que capturaram 90 embarcações carregadas de escravos entre os anos de 1849 e 1851. A interceptação desses navios, e conseqüentemente a perda do capital investido acabaram por frustrar os comerciantes de escravos.

A mão-de-obra escrava não era indispensável somente no trabalho da terra, sendo que o número de escravos era um dos pré-requisitos para a obtenção de sesmarias da coroa portuguesa. A alternativa de utilização do trabalho livre nessa época não era muito aceita entre os fazendeiros. Segundo Stein (1990, p.84), “Os costumes portugueses dos primeiros colonos de Vassouras e a natureza do desenvolvimento econômico brasileiro durante o período colonial acostumaram os fazendeiros ao trabalho escravo”.

A cafeicultura no Vale do Paraíba em meados do século XIX estava fortemente atrelada à utilização do trabalho escravo nas lavouras. O autor afirma que com o fim do tráfico negreiro em 1850 ocorreu uma forte elevação do preço dos escravos. Do ponto de vista dos grandes fazendeiros, essa elevação dos preços para aquisição de mão-de-obra foi compensado pela elevação dos preços do café, devido ao aumento da demanda pelo produto em diversas partes do mundo, principalmente a Europa e os Estados Unidos. Porém não se pode desconsiderar o fato de que a partir desse momento, a escassez de mão-de-obra e, conseqüentemente, os altos preços a serem pagos por ela, passariam a ser uma constante preocupação na vida dos grandes fazendeiros.

O problema de força de trabalho verificado em meados do século XIX foi atenuado pela vinda de uma nova fonte de mão-de-obra escrava que estava sendo subaproveitada na região Nordeste do Brasil. Com esta perspectiva, Stein (1990, p.94)

observa:

“Em seguida ao término do tráfico de escravos, o preço dos escravos quase dobrou no curto espaço de dois anos, 1852 – 1854. Esse súbito aumento nas avaliações de escravos não inibiu a expansão da produção de café, pois uma nova fonte de escravos foi encontrada no Nordeste do Brasil”.

A alta taxa de mortalidade entre os nascimentos de escravos e a exploração excessiva da mão-de-obra, que era submetida a longas jornadas diárias de trabalho e às precárias condições de vida, faziam com que o desgaste dessa força de trabalho fosse bastante elevado. Na opinião de Furtado (2006, p.176), “[...] é provável que a redução do abastecimento de africanos e a elevação do preço destes hajam provocado uma intensificação na utilização de mão-de-obra e portanto um desgaste ainda maior da população escrava”.

A partir das análises de Stein e de Furtado, fica bastante claro que o problema da escassez de mão-de-obra (vide tabela 2), que se intensificou a partir da abolição do tráfico internacional, passou a atormentar cada vez mais a vida dos fazendeiros, não somente os do Vale do Paraíba, mas também aqueles de todas as outras regiões cafeeiras do país. Porém, um fator decisivo para que este problema não se agravasse foi o tráfico inter e intra-regional de escravos, conforme ressaltado por Salles (2008, p.64): “A reprodução natural era um importante fator na reposição de escravos, mas o tráfico inter e intra-regional era o principal responsável por atender às necessidades de mão-de-obra cativa das áreas de *plantation*”. Além disso, ocorreram tentativas de utilizar a mão-de-obra imigrante livre por parte de alguns fazendeiros da região, visando atenuar o problema da escassez de força de trabalho, entretanto poucas delas obtiveram êxito.

Tabela 2: Declínio da população escrava no Brasil 1850-1888

Ano	População escrava	Varição relativa ao marco anterior	Varição média anual
1850	2.500.000	-	-
1867	1.400.000	-44%	-2,59%
1872	1.510.806	7,91%	1,58%
1880	1.368.000	-9,45%	-1,18%
1884	1.240.806	-9,30%	-2,32%
1885	1.000.000	-19,41%	-19,41%
1887	723.419	-27,66%	-13,83%
1888	500.000	-31,07%	-31,07%

Fonte: SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*, 2008, p.57

### **2.3 O apogeu das grandes fazendas e a organização da produção cafeeira no Vale do Paraíba fluminense**

De acordo com Stein (1990), no início da década de 1850 era grande a ânsia dos fazendeiros por escravos e terras virgens para expandir a produção de suas respectivas propriedades. Nesse período o café já havia caído no gosto de grande parte das populações urbanas. A forte demanda pelo produto, principalmente por parte da Europa e dos Estados Unidos (vide tabela 3), foram determinantes para o crescimento das exportações de café do Brasil, sendo que a principal região produtora na época era o Vale do Paraíba fluminense.

Tabela 3: Exportações brasileiras de café de 1857 a 1869 (em 1.000.000 de sacas)

Anos	Europa	Estados Unidos
1857	1,5	1,1
1858	0,8	1,4
1859	1,1	1,4
1860	1,4	1,4
1861	1,6	0,9
1862	1,3	0,5
1863	1,2	0,5
1864	1,1	0,7
1865	2,3	0,9
1866	1,3	1,0
1867	1,7	1,5
1868	1,4	1,4
1869	1,6	1,5

Fonte: DELFIM NETTO, A. *O problema do café no Brasil*, 1973, p.50

Stein (1990) ressalta que a década de 1850 representou o auge do café no Vale do Paraíba, e nem mesmo o fim do tráfico negreiro (com a Lei Eusébio de Queiroz de 1850) abalou o ciclo que prosperidade que se perpetuava pelas fazendas nessa época.

Segundo Delfim Netto (1959) um período de ascensão do mercado cafeeiro teve início no ano de 1857. Os preços do produto, que estavam praticamente no mesmo nível desde 1851, subiram bastante a partir daquele ano. Esta alta de preços foi propiciada por vários fatores, entre os quais: à recuperação da economia européia, a infestação de uma praga nos cafezais brasileiros e a Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro, limitando bastante as possibilidades de ampliar a oferta de mão-de-obra dentro do mercado nacional. Todavia, o autor observa que a transferência da mão-de-obra que era utilizada nos canaviais do norte, para a região mais ao sul, acabou por minimizar a questão da escassez de mão-de-obra.

O impacto da elevação dos lucros também atingiu as residências dos fazendeiros. Boa parte das fazendas na região do Vale do Paraíba foi reformada nessa época, e em alguns casos, novas sedes mais modernas e requintadas foram construídas (STEIN, 1990).

Entretanto, o autor observa que apesar da prosperidade desse período, a vida nas fazendas ainda era bastante simples, o que geralmente se verificava pelo mobiliário

pouco sofisticado. Além disso, as principais construções da fazenda eram realizadas geralmente por profissionais livres, ou mesmo por escravos habilidosos, que eram treinados para assumirem funções importantes dentro da propriedade, como por exemplo, pedreiros e ferreiros.

Deixando um pouco de lado estas questões, voltemo-nos agora para os aspectos relacionados mais diretamente ao cultivo do café. Segundo Stein (1990), os cafeeiros foram inicialmente plantados sem muitos critérios, ou seja, plantava-se em todas as partes da fazenda, incluindo nos fundos das próprias sedes. Esse fato ocorria devido a forte pressão por parte da demanda (principalmente Estados Unidos e os países europeus) e também pela ânsia dos fazendeiros por maiores lucros. Porém, com o passar dos anos os cafeicultores começaram a observar que a cultura se estabelecia melhor em determinadas partes da fazenda, variando de acordo com a qualidade do solo e o tipo de relevo.

O autor observa que nesta época existiam poucos manuais, e os que existiam eram baseados em práticas inadequadas e teorias insatisfatórias, conseqüentemente os métodos usados por esses primeiros plantadores de café eram aqueles baseados em tentativa e erro. Com essa perspectiva, Stein (1990, p.50) observou:

“Tentava-se plantar café em diversos tipos de solos e terrenos, provavelmente a princípio onde antes se cultivava milho e cana até que a experiência ensinou que solo virgem e terra bem drenada eram essenciais para um cultivo proveitoso. Tais experiências resultaram em terra desgastada e prematuramente envelhecida ou cafeeiros improdutivos”.

De acordo com Martins (2008), o primeiro passo para a implantação do cafezal era a derrubada da mata. Em seguida os troncos e galhos que resistissem a este processo eram queimados. O próximo passo era plantar as mudas ou sementes.

Segundo Stein (1990), ao longo do ano os escravos efetuavam dezenas de capinas nos cafezais, sempre na companhia dos feitores. O objetivo destas capinas era eliminar as plantas invasoras, que prejudicavam os pés de café ao competir com eles pelos nutrientes presentes no solo.



Os constantes ataques de pragas aos cafezais foram relatados por Camargo e Telles Júnior (1953, p.482), que ao escreverem sobre o cultivo dos cafezais na região do Vale do Paraíba ressaltaram:

“Nos climas tropicais e subtropicais, é impressionante a força de invasão, nos terrenos cultivados, de algumas dezenas de plantas rústicas, anuais, na sua maioria de rápido crescimento. Elas competem com o cafeeiro, prejudicando o seu desenvolvimento normal e sua produção [...]”.

Segundo Stein (1990), a produção se iniciava a partir do terceiro ano, e deste momento em diante as plantas passavam a dar frutos uma vez a cada ano, sendo que o auge da produção se dava por volta do sexto ano. O ciclo se concluía com a colheita, secagem, armazenamento e moagem dos grãos de café já amadurecidos. Era bastante comum a intercalação de outras culturas enquanto os pés de café ainda eram pequenos, onde se plantava milho, mandioca e feijão. Esta prática interessava aos fazendeiros, na medida em que, além de proteger as plantas novas do sol quente, propiciava uma base alimentar para suas famílias e para seus escravos.

Como lembra Martins (2008), a colheita, que geralmente se estendia de maio a outubro, era o momento em que a mão-de-obra era explorada ao máximo. Para conseguir melhor rendimento dos escravos, era bastante comum a adoção de algumas práticas. Com o objetivo de estimular seus escravos, os fazendeiros faziam a distribuição de fumo, aguardente e roupas novas.

Stein (1990) afirma que durante a colheita cada escravo tinha uma cota diária de produção, sendo assim, esta atividade era bastante apressada, dando uma visível preferência para a quantidade colhida em detrimento da qualidade. Depois de colhidos, os grãos eram lavados e posteriormente colocados nos terreiros para secagem, sem nenhum critério de separação entre os grãos verdes, maduros e secos. Durante o dia, o café era revirado dezenas de vezes com grandes rodos de madeira, e ao anoitecer, era empilhado em pequenos montes. Quando estavam secos, os grãos eram levados para um local onde permaneciam até seu embarque para o Rio de Janeiro, dentro de sacas, transportadas por tropas de mulas.

Stein (1990) observa que com o aumento dos lucros, os fazendeiros passaram a

investir um pouco mais na melhoria da qualidade do seu café, construindo terreiros de tijolos para substituir os antigos, que em geral eram de terra batida. Com esses terreiros maiores e melhor drenados, o café podia ser secado mais rapidamente, sem desperdícios e com uma qualidade superior.

O autor ressalta que quando havia mão-de-obra disponível os grãos eram beneficiados nas próprias fazendas, porém um dos principais entraves a este processo era a maquinaria simples e bastante escassa na maioria dessas propriedades. Até meados da década de 1860 a maior parte da maquinaria de moagem era constituída de engenhos de pilões movidos à água.

Segundo Martins (2008), a partir de 1830 foi introduzido na etapa de despulpamento do café o sistema de engenho movido por duas juntas de bois, também conhecido por “carretão”. A partir da década de 1840 deste mesmo século, as maiores e mais prósperas fazendas passaram a utilizar o “carretão” hidráulico, movido à água.

Depois do fim do tráfico negreiro, em 1850, a produção cafeeira no Brasil passou por um processo de modernização, entretanto, os novos equipamentos que chegaram ao país não foram muito utilizados no Vale do Paraíba fluminense, onde os grandes fazendeiros preferiam explorar ao máximo sua força de trabalho a investir na aquisição de máquinas modernas (MARTINS, 2008).

## **2.4 Financiamento, transporte e comercialização da produção**

Além de estabelecer um modelo baseado em grandes propriedades, o cultivo do café também exigia novas fontes de capital e crédito. Segundo Stein (1990), inicialmente as principais fontes encontradas foram as heranças e os dotes de casamento, porém, com o tempo estas passaram a não ser mais suficientes. Além das heranças e dotes, existiam outras três importantes fontes de financiamento: os fazendeiros vizinhos, os capitalistas da região e os comissários.

O autor observa que alguns fazendeiros emprestavam dinheiro a seus vizinhos mediante algumas garantias. Muitos deles fizeram grandes fortunas, tanto em dinheiro, como também em terras. Se os fazendeiros não conseguissem com seus vizinhos o

montante necessário, eles recorriam aos capitalistas da região. A quarta fonte de financiamento utilizada eram os comissários do Rio de Janeiro. Nas décadas de apogeu da cafeicultura no Vale do Paraíba (1850 e 1860) esses comissários adiantavam créditos para os cafeicultores, e em garantia recebiam as colheitas futuras, sendo cobrada uma taxa de juros que variava de 12% a 18% ao ano.

De acordo com Stein (1990), até o início da década de 1850 existiam poucas instituições bancárias, sendo que estas poucas lidavam basicamente com descontos e depósitos, sendo assim, não existia um mercado de capital para empréstimos em grande escala. Logo em seguida, esta situação começou a mudar, pois com o fim do tráfico negreiro, o capital que era empregado nesta atividade migrou para as mãos dos fazendeiros através de empréstimos. Um dos principais destinos desses empréstimos era a aquisição de mais mão-de-obra, nesta época em que o preço dos escravos era extremamente alto.

O autor relata que para comercializar seu café, os fazendeiros enviavam diversas vezes por ano suas tropas de mulas carregadas com o produto, sob o comando de um arreador (principal responsável pelo transporte), acompanhado por dezenas de tropeiros escravos, que seguiam por caminhos difíceis e perigosos até o Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que os cavalos dificilmente eram usados no transporte do café, visto que estes não suportavam os longos percursos, que chegavam a 80 km por dia. Era também bastante comum a ocorrência de danos ao café durante a viagem, sendo que a má conservação das estradas era a principal causa. Chegando ao seu destino, as sacas de café eram colocadas em armazéns para serem posteriormente vendidas a exportadores estrangeiros através do intermédio dos comissários.

Como descreve o autor, além de intermediar a negociação do café e financiar a produção, os comissários cumpriam outro papel de grande relevância para os cafeicultores: abastecer as tropas que transportaram o café para o Rio de Janeiro com produtos diversos. Assim, as tropas chegavam às fazendas transportando inúmeros artigos que geralmente não eram produzidos na fazenda - alguns gêneros alimentícios, apetrechos de ferro e artigos de luxo. Geralmente esses artigos eram vendidos nas casas comerciais de diversas cidades do Vale do Paraíba, porém os preços eram bastante elevados, portanto era mais vantajoso trazê-los da capital aproveitando o trajeto de volta das tropas.

Através de vários anos de contato, o comissário e o fazendeiro desenvolviam laços de confiança e amizade, sendo que era bastante comum o fazendeiro e sua família ficarem alojados na casa do comissário quando visitavam o Rio de Janeiro. O comissário tinha que ser muito cuidadoso e honesto para não perder a confiança do fazendeiro, visto que se ocorresse algum caso de fraude, a notícia logo se espalharia entre todos os cafeicultores da região, que passariam a não mais fazerem negócio com este comissário (STEIN, 1990).

O autor ainda ressalta que o pequeno fazendeiro, não tendo condições de trazer artigos da capital, era abastecido pelo comércio local das cidades do Vale do Paraíba. O grande fazendeiro fazia poucos negócios com esses varejistas, com exceção de uma ou duas grandes casas comerciais da região.

De acordo com o autor mencionado, havia outro negociante empreendedor: o mascate ou pombeiro itinerante. Diferente dos proprietários de tabernas ou vendas, que comercializavam atrás do balcão, os mascates percorriam as estradas próximas às fazendas transportando enormes baús, para vender diretamente aos fazendeiros e seus escravos. Quando seus estoques de venda se esgotavam, retornavam para as cidades próximas para se reabastecerem nas grandes casas de comércio.

Na opinião de Stein (1990), o transporte do café produzido no Vale do Paraíba beneficiou-se substancialmente com a chegada da Estrada de Ferro Pedro II no final da década 1850. As estradas que ligavam a região ao Rio de Janeiro foram aos poucos sendo abandonadas, dando lugar às estradas que ligavam as fazendas aos trilhos do trem. O sistema de transporte passou a ser realizado em duas etapas: a primeira era feita com carros de boi, que substituíram as tropas de mulas, fazendo o trajeto da fazenda até o embarque no trem; e a segunda etapa que era o caminho percorrido de trem do Vale do Paraíba fluminense até o porto do Rio de Janeiro.

## **2.5 As relações sociais no interior das fazendas**

Na visão de Stein (1990), os laços sociais no interior das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense eram marcados pelo patriarcado. Todos os moradores da fazenda deviam obediência ao fazendeiro, tendo seus filhos, esposa, familiares

dependentes, agregados, feitores e escravos como subordinados.

Outra relação bastante usual, na opinião do autor, era o compadrio. Formava-se um estreito laço entre pais, filhos e padrinhos. Os padrinhos eram escolhidos pelos laços familiares ou de amizade, sendo que após o batizado, eles passavam a ser também responsáveis pelo futuro dos afilhados. Se eventualmente os pais viessem a falecer, e na ausência dos avós, muitas vezes os padrinhos se responsabilizavam pela criação da criança.

De acordo com o autor, a mão-de-obra predominante nas fazendas era a escrava, sendo que as relações entre senhores e escravos eram geralmente bastante tensas. Os escravos viviam sob constante vigilância, sendo punidos por qualquer ato de insubordinação ou alguma tarefa executada de forma equivocada. Eles eram tidos pela grande maioria dos proprietários como instrumentos de trabalho.

Conforme afirma Stein (1990), a vida dos escravos nas grandes fazendas de café era bastante difícil. Eles eram supervisionados constantemente pelos feitores, que eram os responsáveis por disciplinar, e se necessário punir os escravos. As punições eram geralmente brutais, sendo que o tronco e o chicote faziam parte do cotidiano dos cativos. Nessa época a eficiência da mão-de-obra era fundamental para o sucesso das grandes propriedades, visto que havia pouca (ou até mesmo nenhuma) maquinaria nessas fazendas.

O autor ressalta que, como a maior parte das fazendas era isolada, os fazendeiros percebiam que estavam em uma situação bastante difícil, visto que uma possível rebelião deveria ser controlada de imediato, e com os recursos disponíveis nas próprias fazendas, ou seja, feitores e capatazes armados. Neste sentido, os escravos eram tidos como inimigos e deveriam ser constantemente reprimidos, vigiados e se preciso punidos severamente.

Como lembra o autor, era bastante comum nessa época relatos de suicídios entre os escravos, que não conseguindo suportar os maus tratos, preferiam morrer a continuar convivendo com tamanho sofrimento. Os escravos de uma determinada fazenda eram proibidos de se comunicarem com outros de fazendas vizinhas. Era bastante comum a venda dos escravos mais insubordinados, visando preservar entre os outros escravos a idéia de obediência.

De acordo com o autor mencionado, com o passar dos anos as fugas iam se tornando cada vez mais constantes. Muitos escravos fugiam durante o trabalho nos cafezais, usando o pretexto de atender às suas necessidades fisiológicas eles seguiam em direção as matas mais próximas, enquanto alguns outros preferiam fugir durante a noite, voltando dos campos. Das matas mais próximas dos cafezais, os escravos se dirigiam para localidades mais distantes e, em alguns casos, acabavam formando comunidades organizadas ou quilombos. O problema se alastrou tanto entre as fazendas que muitos cafeicultores passaram a contratar os chamados capitães-do-mato, com o objetivo de recuperar os escravos que tivessem fugido. Os fazendeiros também usavam outro importante artifício para recuperar seus escravos, a colocação de anúncios em jornais locais, descrevendo detalhadamente os fugitivos, a fim de distingui-los de inúmeros outros.

Não faltavam teorias, indicando a inferioridade dos negros em relação às outras raças, com o intuito de justificar o trabalho escravo. Muitos fazendeiros da época acreditavam na inferioridade física e intelectual dos negros, e se utilizavam desse argumento para mantê-los como cativos. Havia inclusive senhores de escravos que ensinavam a seus filhos que os negros não eram humanos. Embora alguns fazendeiros e residentes das cidades não concordassem esta era uma concepção bastante comum na época (STEIN, 1990).

O autor também buscou mostrar em seu trabalho a existência de uma diferença bastante notável, que se desenvolveu entre grandes fazendeiros e pequenos proprietários de terras, em relação à forma como lidavam com seus escravos. Os grandes fazendeiros geralmente empregavam intermediários (os feitores) para lidarem mais diretamente com sua mão-de-obra, enquanto os pequenos proprietários lidavam diretamente com sua força de trabalho, supervisionando diariamente sua rotina de trabalho.

Na opinião do autor, conforme os anos iam se passando, as esperanças de obterem a tão sonhada liberdade ia crescendo entre os escravos. As reações ao trabalho forçado foram ficando cada vez mais comuns, o que poderia ser comprovado por inúmeras rebeliões, havendo uma tendência de insubordinação permanente. Neste sentido, muitos senhores de escravos evitavam reações muito enérgicas, como as que eram praticadas em períodos anteriores, a fim de não agravar ainda mais o problema, visto que temiam o ataque a suas próprias famílias.

O autor também observa que na sociedade escravista de meados do século XIX, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. Desde muito jovens, as meninas aprendiam os dotes necessários para ser uma boa mãe e dona de casa, conseguindo um bom casamento. A situação das mulheres nesta época é retratada no trecho a seguir:

“Dependendo unicamente de sua ‘beleza física e riqueza’, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. As jovens aprendiam a cortar, costurar, bordar, fazer renda, preparar bolos e doces e supervisionar as cozinheiras, arrumadeiras, copeiros e costureiras da fazenda. Algumas aprendiam a assinar o nome e a cuidar das contas da casa. Na segunda metade do século XIX, tornou-se mais comum os fazendeiros permitirem que suas filhas aprendessem a ler, escrever, tocar piano e falar francês, embora alguns fazendeiros fizessem pouco dessas inovações sob o pretexto de que suas filhas teriam poucas oportunidades de utilizar esses conhecimentos.”  
(STEIN, 1990, p.188)

A partir dos relatos do autor fica bastante evidente a posição dominante que os senhores de escravos se encontravam em relação a todos os demais residentes das fazendas, desde escravos até suas próprias famílias. Todos eram submetidos às suas vontades e anseios, demonstrando a mentalidade extremamente retrógrada predominante na sociedade da época.

Em síntese, este segundo capítulo analisou os aspectos relacionados ao período de apogeu da atividade cafeeira no Vale do Paraíba fluminense, além também de dar uma visão de como estava organizada a produção na região, e mostrar como se davam as relações sociais no interior das fazendas. A questão do declínio da cafeicultura na região, ocorrida nas últimas décadas do século XIX, é tratada no capítulo seguinte.

## **Capítulo III. O declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense**

O presente capítulo tem por objetivo analisar o período em que a cafeicultura do Vale do Paraíba entrou em declínio, ressaltando os fatores que determinaram este processo. Para isso, será adotada uma abordagem centrada nas visões de alguns autores, entre eles, Caio Prado Júnior, Delfim Netto, e principalmente Stanley Stein.

A primeira parte do capítulo analisa o início dos problemas enfrentados pelos cafeicultores do Vale do Paraíba, problemas estes que já estavam presentes mesmo nas décadas anteriores, quando a atividade prosperava na região. Na sequência, a segunda parte tem seu foco voltado para o agravamento desses problemas, que foram considerados os responsáveis pela crise que se abateu sobre a cafeicultura na região.

A terceira parte trata da Abolição da Escravatura, ocorrida no ano de 1888, e as conseqüências que ela trouxe consigo. Por fim, a última parte, que se baseia na visão de Warren Dean, analisa a expansão cafeeira em direção ao Oeste Paulista, que acabou por superar o Vale do Paraíba ainda em fins do século XIX, se tornando a principal região produtora do Brasil.

### **3.1 O fim da prosperidade**

De acordo com Stein (1990), o apogeu da cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense chegou ao fim na década de 1870, quando inúmeros problemas passaram a atormentar a vida dos cafeicultores da região. Segundo Prado Júnior (1970, p.162):

“Repetia-se mais uma vez o ciclo normal das atividades produtivas do Brasil: a uma fase de rápida e intensa prosperidade, segue-se outra de estagnação e decadência. Já se vira isto [...] na lavoura de cana-de-açúcar e do algodão no Norte, nas minas de ouro e diamantes do Centro-Sul. A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo”.



Na opinião de Stein (1990), mesmo no auge da prosperidade já era possível observar alguns problemas, que mais tarde se tornariam mais graves. A maioria dos cafeicultores utilizavam práticas tradicionais, como por exemplo as queimadas, fazendo com que o solo se deteriorasse rapidamente, perdendo sua fertilidade natural, e conseqüentemente reduzindo a produtividade. Com o passar dos anos, a quantidade de terras virgens disponíveis foi cessando, e ao mesmo tempo os cafezais e a mão-de-obra foram envelhecendo. Desde o fim do tráfico, o preço dos escravos era cada vez mais elevado, fazendo com que os fazendeiros aumentassem seu endividamento.

O autor ressalta que o desgaste da mão-de-obra escrava, que era submetida a longas jornadas diárias de trabalho nos cafezais, sobrevivendo com uma base alimentar bastante pobre, geralmente insuficiente para suprir suas necessidades, era outro grave problema enfrentado pelos cafeicultores. O período de máxima produtividade na vida do escravo era bastante curto - dos 18 aos 30 anos de idade. Cientes da escassez de mão-de-obra e da baixa disponibilidade de novas terras para o cultivo, os fazendeiros intensificavam cada vez mais a utilização da força de trabalho na grande lavoura de café, reduzindo as áreas reservadas à agricultura de subsistência, e assim, pressionando os preços dos gêneros alimentícios para cima.

Ao tratar desta questão, Barros de Castro (1980) afirma que o problema crucial da lavoura cafeeira não era a questão da disponibilidade de terras ou de crédito, mas sim a disponibilidade de mão-de-obra. Todas as etapas da atividade, desde a derrubada da mata, o plantio dos cafezais, além das construções indispensáveis das próprias fazendas, com a casa sede, a senzala, as oficinas, os locais de beneficiamento do café, eram bastante intensivas no fator trabalho. Portanto, a escassez de mão-de-obra, verificada principalmente depois do fim do tráfico negreiro, era um grave problema para os cafeicultores, não somente do Vale do Paraíba, mas também de várias outras regiões produtoras.

O autor observa que em meados do século XIX foram realizadas algumas tentativas visando à contratação privada de imigrantes, porém a entrada maciça dos colonos europeus somente se deu a partir da década de 1870, com os subsídios por parte do Estado. O autor também ressalta que os imigrantes não vinham para substituir o trabalho escravo, mas sim complementá-lo, devido à sua escassez.

Segundo Stein (1990), a elevação do preço dos escravos fez com que muitos

pequenos produtores da região vendessem boa parte de seus cativos aos grandes proprietários. Estas pequenas propriedades foram aos poucos sendo absorvidas pelos grandes fazendeiros de café, sedentos por novas terras para o cultivo. Neste momento, eram inúmeros os problemas enfrentados pelos grandes fazendeiros de café. O preço ascendente dos escravos e dos gêneros alimentícios, o crescente endividamento, as críticas constantes aos métodos adotados na cafeicultura, que levavam ao rápido esgotamento do solo, eram preocupações constantes na vida destes produtores.

Para o autor, outro problema bastante crítico na época eram as pragas nos cafezais. Além da má utilização da terra, as pragas se alastravam rapidamente pelos pés de café, reduzindo ainda mais sua produtividade. As principais pragas dos cafezais eram: a erva-de-passarinho, que se instalava na lavoura e impedia a formação das cerejas do café; a formiga saúva, que atacava as folhas do cafeeiro; e a “praga da borboleta”.

Todos estes problemas, que já eram observados nos períodos anteriores, tornaram-se mais evidentes depois do fim da década de 1860. A partir daí, a cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense entrou em uma fase bastante difícil e conturbada, ao mesmo tempo em que as idéias abolicionistas se espalhavam por todo território nacional (STEIN, 1990).

### **3.2 O agravamento da crise**

Stein (1990) afirma que a necessidade de adquirir novos escravos no período em que o café prosperava, fez com que muitos fazendeiros incorressem em vultuosos empréstimos (vide tabela 4), no momento em que mão-de-obra escrava ficava cada vez mais escassa e seus preços subiam rapidamente. Boa parte dessas dívidas não eram quitadas, se estendendo pelas décadas seguintes, assim, quando a cafeicultura na região passou a não ser tão próspera como havia sido anos antes, estes produtores se viram sem a capacidade de cumprir com as suas obrigações. A situação se agravou ainda mais devido ao fato de que os credores não estavam mais tão dispostos a concederem novos empréstimos aos fazendeiros endividados.

Tabela 4: Empréstimos e dívidas de algumas fazendas de Vassouras, 1878-1895

Data do empréstimo original	Quantia	Data da execução de hipoteca	Quantia a pagar	Porcentagem da quantia a pagar por empréstimo
1878	35:000\$000	1891	72:451\$000	207
1881	15:000\$000	1891	20:331\$900	136
1884	20:000\$000	1893	63:509\$700	318
1889	20:000\$000	1894	24:266\$900	121
1894	70:000\$000	1895	78:797\$330	113

Fonte: STEIN, Stanley J. *Vassouras, Um município brasileiro do café, 1850-1900*, 1990, p.332

O período de prosperidade das décadas de 1850 e 1860 deu lugar a uma grave crise que se abateu sobre os grandes fazendeiros de café do Vale do Paraíba fluminense. Segundo Stein (1990, p.254):

“Os cafezais prósperos e os bons preços suavizaram as quedas temporárias na década de 1860. No entanto, na década seguinte, a estrutura econômica que a antiga geração de fazendeiros havia erguido com seus escravos começou a desmoronar; a autoconfiança desaparecia aos poucos, e as dúvidas quanto ao futuro se transformavam num medo permanente.”

O autor ressalta que os principais responsáveis pelo declínio da atividade cafeeira na região, de acordo com os fazendeiros, eram: a falta de mão-de-obra escrava, os altos custos para aquisição de modernos equipamentos de processamento de café, a dificuldade para obtenção de créditos agrícolas a baixos custos, as secas e as pragas nos cafezais. Muitos deles se recusavam a aceitar que suas práticas agrícolas adotadas não eram as mais adequadas. O esgotamento do solo da região e os cafeeiros envelhecidos também tiveram grande influência na decadência da cafeicultura do Vale do Paraíba.

Um dos maiores problemas enfrentados pela atividade cafeeira na região, conforme mencionado anteriormente, era que a grande maioria dos cafeicultores do Vale do Paraíba adotavam práticas de cultivo tradicionais, danosas ao meio-ambiente. De acordo com Prado Júnior (1970, p.162): “Agira sem o menor cuidado e resguardo: a mata foi arrasada sem discernimento, mesmo nos altos; plantou-se café sem atenção a outra idéia que um rendimento imediato”.

Stein (1990) também observa que a derrubada e queimada da mata virgem eram práticas bastante comuns nas fazendas da região. Havia também pouco cuidado em relação ao bom estabelecimento dos pés de café, visto que o que mais importava de acordo com os fazendeiros tradicionais era a quantidade, em detrimento da qualidade. O pensamento predominante era aquele de retirar tudo aquilo que o solo pode oferecer, ao menor custo possível.

O autor afirma que devido à devastação de boa parte das matas nativas e das encostas, dois grandes problemas tornaram-se frequentes: a erosão e as mudanças climáticas. As chuvas passaram a ser cada vez mais irregulares, e a ocorrerem em menor abundância na região.

Na opinião de Alegrio (2008), os grandes fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense estavam mais preocupados com o problema da escassez de mão-de-obra do que rever suas técnicas de plantio e cultivo, que deveriam ser modificadas em seu próprio benefício.

Para tentar resolver o problema dos cafezais envelhecidos e pouco produtivos, alguns cafeicultores ordenavam que seus escravos aparassem os pés de café bem próximos ao solo, com o objetivo de que estes rebrotassem depois de algum tempo. Esta prática tinha pouco sucesso, visto que a maioria dos cafezais acabava por não reagir. Com o passar do tempo muitos cafeeiros velhos e improdutivos foram sendo abandonados ou derrubados, sendo utilizados como lenha (STEIN, 1990).

O autor relata que as fazendas foram aos poucos se desvalorizando. Nesta época uma área de mata virgem valia muito mais do que uma área infértil, toda formada com cafezais idosos. Os escravos eram os bens mais importantes, chegando muitas vezes a representar mais da metade do capital total da fazenda, portanto o desgaste e a conseqüente alta taxa de mortalidade entre os escravos representavam, segundo o ponto de vista dos fazendeiros, importantes prejuízos. Muitos fazendeiros continuaram a recorrer aos empréstimos para aquisição de mais escravos a preços elevados, mesmo sabendo da iminente possibilidade de perder totalmente o capital investido se a abolição ocorresse de fato. Devido à tradição passada de pai para filho, os fazendeiros do café não viam como manter a produção sem o trabalho escravo. Outras alternativas, como por exemplo a parceria, não eram vistas naquele momento como viáveis pela maioria dos cafeicultores tradicionais do Vale do Paraíba.

Como lembra o autor, nos anos que antecederam a abolição, os preços dos escravos começaram a declinar rapidamente, gerando perspectivas de futuro bastante nebulosas para os cafeicultores da região, que temiam perder todo o capital empregado na aquisição de mão-de-obra décadas antes.

Os cafeicultores da região eram cada vez mais dependentes de empréstimos bancários. Stein (1990, p.283) observou que os bancos ficaram extremamente cautelosos neste período:

“À medida que a dependência e a necessidade cresciam, as instituições de empréstimos se tornavam cada vez mais cautelosas. Duas importantes razões aparentemente motivaram esta relutância: uma legislação que protegia o fazendeiro em débito com um empréstimo; e a percepção do declínio econômico que assolava as mais antigas regiões do cultivo de café”.

Como observa Stein (1990), a maioria dos grandes fazendeiros não tinha recursos suficientes para quitar suas dívidas contraídas com comissários, fazendeiros mais ricos e bancos. A riqueza do grande fazendeiro estava mais ligada à posse de escravos que a quantidade de terras, acreditava-se que sem os escravos a fazenda pouco valeria e o fazendeiro iria à ruína. A desvalorização das terras inférteis e a queda do preço dos escravos deixaram o produtor em situação crítica, sendo assim, mesmo se ele vendesse parte de suas terras e escravos, provavelmente não teria recursos suficientes para quitar seus compromissos.

A partir de 1874 os preços do café começaram a declinar consideravelmente, conforme observou Delfim Netto (1973) em seu estudo que buscou analisar os ciclos de preços do produto. Em 1882 os preços baixaram ainda mais devido à crise européia, e em 1884 a situação se agravou com a crise norte-americana.

Segundo Stein (1990), nas últimas décadas do século XIX a participação da produção brasileira no mercado internacional diminuiu consideravelmente, e em meados da década de 1880 a produção de São Paulo ultrapassou pela primeira vez a produção do Rio de Janeiro.

### **3.3 A abolição e suas consequências**

De acordo com Furtado (2006), depois da aprovação da Lei de Rio Branco, em 1871, também conhecida como Lei do Ventre Livre, ocorreu um crescimento do sentimento abolicionista entre os escravos, que passaram a ter melhores perspectivas a respeito de um futuro mais favorável.

Segundo Stein (1990), as discussões a respeito da abolição eram bastante frequentes em todo o país, sobretudo no Vale do Paraíba fluminense, região esta que sofreria consequências drásticas se as expectativas se confirmassem. A cafeicultura do Vale do Paraíba sempre esteve, desde sua origem, intimamente entrelaçada à utilização da mão-de-obra escrava. O autor defende que enquanto São Paulo promovia a utilização de mão-de-obra estrangeira (livre), os grandes fazendeiros do Rio de Janeiro continuavam com o trabalho escravo, usando os argumentos de que a falta de recursos, a queda dos seus rendimentos e a degradação dos solos não davam condições para substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. Por outro lado, cabe ressaltar que alguns fazendeiros do Vale do Paraíba tentaram, sem muito sucesso, incorporar o trabalho imigrante livre em suas propriedades, ao mesmo tempo em que no Oeste Paulista ainda existia nesta época um número considerável de propriedades que utilizavam o trabalho cativo.

Na opinião do autor, o sentimento dos cafeicultores da região de que a abolição poderia (e deveria) ser evitada, foi dando lugar aos sentimentos de desespero e medo. Quando os grandes fazendeiros da região viram que este era um caminho sem volta, passaram a exigir que a abolição não viesse de uma só vez e que eles deveriam ser compensados pelos escravos que seriam libertados, usando o argumento de que a abolição realizada sem determinados critérios iria levá-los a falência.

Em 13 de maio de 1888 a escravidão foi abolida, mesmo com forte oposição de senadores e deputados da província do Rio. Os fazendeiros do Vale do Paraíba, preocupados com a colheita que se aproximava, pediam a seus ex-escravos que não deixassem a fazenda, e que dali em diante seriam pagos pelo seu trabalho. Enquanto alguns foram embora, outros permaneceram nas fazendas de origem, ou em outras fazendas próximas, devido ao receio de não conseguirem trabalho em outras localidades. Muitos dos que deixaram as fazendas passaram por situações difíceis,

chegando inclusive a passar fome (STEIN, 1990).

Conforme observa o autor, os fazendeiros geralmente não mantinham grandes reservas em dinheiro, devido ao fato de que praticamente tudo que necessitavam era providenciado pelos comissários, dando em garantia as colheitas futuras. A partir do momento em que tinham de pagar os trabalhadores pelos serviços prestados, os cafeicultores passaram a enfrentar o problema de ter que manter uma boa quantia em reservas para custear todas as suas despesas o ano inteiro, sendo que a maior parte destas despesas consistia nos recursos financeiros a serem pagos aos trabalhadores. Muitos destes fazendeiros, vendo que não conseguiriam arcar com os salários, ofereciam uma fração da colheita como forma de pagamento aos seus trabalhadores, que em muitos casos eram os próprios ex-escravos destas propriedades.

O autor ainda ressalta que depois da Abolição foram realizados esforços por parte de alguns fazendeiros em relação à utilização de outras formas de mão-de-obra, com destaque para o colono, o empreiteiro e o arrendatário de terra. A mão-de-obra preponderante na região, mesmo depois da abolição, era o ex-escravo, que em muitos casos continuavam a residir nas senzalas, só que estas não eram mais vigiadas como antes. Estes libertos trabalhavam na qualidade de colonos-camaradas, recebendo pagamentos, além de poderem cultivar gêneros alimentícios para seu consumo e de suas famílias. Outra importante forma de trabalho era a parceria, onde o colono-parceiro trabalhava em troca de uma fração da produção e, em determinados casos, recebia também um salário mínimo como forma de garantir que este não sairia totalmente prejudicado devido a uma eventual perda da produção. Estes trabalhadores também eram conhecidos como meeiros, sendo que boa parte deles eram os escravos libertos, que não eram mais vigiados como anteriormente.

De acordo com Stein (1990), havia duas formas de parceria, em uma delas, o fazendeiro e o trabalhador dividiam em duas partes o cafezal, assim cabia a cada um deles a produção derivada dos pés de café determinados no acordo efetuado. A outra forma era a divisão em duas partes do café já colhido. Os fazendeiros geralmente procediam da seguinte forma: os cafezais velhos e pouco produtivos, portanto menos lucrativos, eram cultivados em parcerias, enquanto os cafezais jovens, mais produtivos e lucrativos, eram cultivados pelos camaradas (assalariados) de forma a maximizar seus lucros.

Como lembra o autor, os empreiteiros também passaram a ser figuras bastante comuns depois da abolição. Estes eram geralmente os antigos feitores das fazendas, que montavam grupos de trabalho (ou turmas) para prestar serviços para os grandes cafeicultores. Entre os contratados pelos empreiteiros estavam ex-escravos e trabalhadores livres que se encontravam desempregados nas cidades. Os empreiteiros faziam contratos temporários com alguns fazendeiros, e chegando no seu final, um novo contrato era feito com o mesmo fazendeiro ou a turma de trabalho se dirigia para outra fazenda.

Mesmo com os poucos esforços realizados no sentido de resolver o problema dos escravos libertos, promovendo sua efetiva integração na sociedade, eles não se tornaram vagabundos ou malfeitores como muitos previram anteriormente (STEIN, 1990, p.311).

### **3.4 O café no Oeste Paulista**

De acordo com Silva (2008), a solução encontrada ao eminente declínio da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, que era o centro da produção de café no Brasil até o terceiro quartel do século XIX, estava na busca de novas terras para o cultivo da planta. O interior paulista, com seu solo propício e seu relevo regular, era bastante propício à expansão da cafeicultura.

A região ficou conhecida como Oeste Paulista, porém geograficamente não corresponde ao oeste, sendo que o café começou a penetrar a partir de Campinas, chegando, na penúltima década do século XIX à região do rio Moji-Guaçu na sua confluência com o Pardo. Esta área se transformaria na maior e melhor produtora de café no Brasil, tendo como centro Ribeirão Preto (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 165).

Segundo Dean (1977), um dos primeiros centros produtores de café na região do Oeste Paulista foi a cidade de Campinas, com sementes vindas do Rio de Janeiro em 1817. Posteriormente a cultura chegou a Limeira, onde passou a ser cultivada em algumas propriedades, com destaque para a Fazenda Ibicaba, de propriedade do Senador Vergueiro. Entretanto estas plantações foram consideradas por muitos anos como sendo uma experiência. O plantio em larga escala na região deu-se depois de 1840, se



estendendo de Campinas a Rio Claro. A mão-de-obra predominante nesta época ainda era a escrava.

Em relação às construções das fazendas, o autor ressalta que estas eram bastante simples e sem ornamentos, sendo que os grandes proprietários preferiam aplicar seus lucros na melhoria de suas mansões em São Paulo. As demais construções (depósitos, galpões, senzalas, oficinas e capelas) também eram bastante práticas e simples.

Dean (1977) observa que esta nova região produtora apresentava significativas diferenças em relação ao Vale do Paraíba, principalmente em relação aos solos. Uma vantagem das terras paulistas era a ondulação do terreno, facilitando a drenagem, além disso, havia nesta região uma incidência bastante grande de um tipo de solo extremamente fértil, e bastante favorável à cafeicultura: um solo de coloração avermelhada, mais conhecido como “terra roxa”.

Os fazendeiros da região, de acordo com o autor, tinham grande preocupação com as geadas, portanto evitavam efetuar o plantio em zonas mais baixas, sendo que as altitudes seguras seriam superiores aos 600 metros.

A exemplo das demais regiões produtoras de café na época, a principal forma de transporte do café, das fazendas até os portos exportadores eram as mulas. Todavia, o transporte do produto sofreu grandes modificações com a chegada das ferrovias, conforme relata Dean (1977, p.54): “A economia de exportação de Rio Claro, depois de 50 anos de meios de transporte primitivos, saltava diretamente para a era das ferrovias”. A chegada das linhas férreas foi de extrema importância para a expansão da lavoura cafeeira nesta região. Além disso, ajudaram a ampliar o comércio de outros bens, além de reduzir enormemente o tempo de viagem até a capital da província.

De acordo com o autor, os cafeicultores do Oeste Paulista em meados do século XIX, a exemplo das demais regiões do país, utilizavam o trabalho escravo em suas grandes propriedades. Entretanto, havia nesta época uma escassez crônica de escravos, principalmente depois de 1850, com a proibição do tráfico. Sabendo disso, os cafeicultores da região passaram então a procurar outras forças de trabalho como alternativa.

Antes mesmo do fim do tráfico negreiro um grande cafeicultor da região, Nicolau Vergueiro, preocupado com a questão da disponibilidade de mão-de-obra

escrava, voltou suas atenções para o trabalho imigrante livre. Segundo Dean (1977, p.95), “A primeira leva de 64 famílias alemãs, num total de 432 pessoas [...] chegara a fazenda Ibicaba em Limeira, em 1847”.

Conforme afirma o autor, Vergueiro posteriormente começou a servir de agente para outros fazendeiros da região, providenciando a vinda de mais imigrantes europeus. Porém, a situação dos imigrantes, quando chegavam às fazendas cafeeiras do Oeste Paulista, não eram as mais fáceis. Geralmente eles se viam presos a enormes dívidas com os fazendeiros. As despesas de transporte até São Paulo eram financiadas pelo governo, sendo posteriormente pagas pelos imigrantes. Além disso, os armazéns das fazendas cobravam preços extremamente elevados pelos produtos vendidos, provocando ainda mais endividamento.

Estes graves problemas enfrentados pelos imigrantes que vinham para o Brasil trabalhar no cultivo do café também foram relatados por Furtado (2006, p.185): “Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca [...] O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade”.

Conforme observou Furtado (2006), o regime inicialmente adotado foi o de parceria, no qual a renda do colono era incerta. A partir da década de 1860, foi introduzido um sistema misto, onde o colono tinha uma parte de sua renda garantida, através de um salário monetário anual. Além deste salário, o colono também tinha direito a outro salário, em função do volume colhido.

Dean (1977) ressalta que inicialmente, poucos fazendeiros se interessaram por contratar imigrantes. A imigração de europeus chegou inclusive a diminuir na década de 1860. Foi somente na década de 1880 que ocorreu um fluxo mais intenso de imigrantes, permitindo efetivamente a transição para o trabalho livre.

Segundo o autor, foi feito um pedido ao governo, no sentido de que este pagasse a passagem dos imigrantes europeus ainda na década de 1870. Entretanto este anseio dos cafeicultores só foi plenamente atendido em 1884, quando o pagamento completo das passagens foi aprovado pela Assembléia Provincial. Este fato acabou por propiciar a vinda de milhares de imigrantes nos anos seguintes.

Dean (1977) observa que na região do Vale do Paraíba, onde os cafezais estavam

em decadência, os fazendeiros entraram em ruína com o fim da escravidão. Já os cafeicultores do Oeste Paulista não sofreram tanto as conseqüências da Abolição, visto que desde décadas anteriores já vinham procurando incorporar o trabalho imigrante em suas propriedades.

Na década de 1880 ocorre uma grande modificação na estrutura de produção interna. Devido à sua maior produtividade, São Paulo substitui o Rio de Janeiro como principal produtor de café no Brasil. A abolição acabou por intensificar ainda mais este processo, visto que a principal região produtora de São Paulo, o Oeste Paulista, apoiava-se cada vez mais na mão-de-obra imigrante, enquanto o Vale do Paraíba fluminense ainda dependia dos escravos (DELFIM NETTO, 1973).

Por fim, cabe ressaltar que a partir das análises dos autores mencionados anteriormente, ficam bastante evidentes as diferenças marcantes existentes entre a cafeicultura do Vale do Paraíba e a do Oeste Paulista. Apesar de ambas as regiões terem utilizado intensivamente a mão-de-obra escrava, nota-se que a segunda buscou promover mais efetivamente a incorporação do trabalho livre na atividade, enquanto a primeira continuou extremamente dependente da força de trabalho cativa até os últimos momentos que antecederam a abolição.

## Conclusão

A cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense, que havia prosperado décadas antes, entrou num período de intenso declínio no último quarto do século XIX. Entretanto, observa-se que mesmo no período de crescimento, a economia cafeeira já começava mostrar claros sinais de que a ascensão iria dar lugar à decadência alguns anos mais tarde.

Nos anos áureos do café na região, que se estenderam entre as décadas de 1850 e 1860, as práticas agrícolas tradicionais adotadas na cafeicultura acabavam por diminuir progressivamente a fertilidade dos solos da região, gerando quedas sucessivas na produtividade. Esse problema acabava por levar à necessidade de incorporar cada vez mais novas terras virgens a atividade, reforçando seu caráter itinerante. Porém, com o passar dos anos a disponibilidade de novas terras virgens passou a ser cada vez menor.

Outro fator que agravou a situação dos grandes fazendeiros foi a elevação do preço dos escravos a partir do fim do tráfico, em 1850. Porém este problema não afetou de imediato os cafeicultores, visto que nesta década os preços do café também estavam subindo. Os reflexos da escassez e da elevação do preço da mão-de-obra escrava foram mais sentidos nas décadas seguintes, quando os preços do café começaram a declinar, principalmente a partir de meados da década de 1870.

Os fazendeiros foram cada vez se endividando mais para adquirir novos escravos, enquanto a produtividade de suas lavouras caía vertiginosamente. Diante da difícil situação dos cafeicultores, os banqueiros passaram a restringir o acesso a novos empréstimos, temendo que estes não fossem pagos.

Além disso, apesar de ambas as regiões terem utilizado intensamente a mão-de-obra escrava, ao contrário do que fizeram os cafeicultores do Oeste Paulista, que foram procurando incorporar o trabalho imigrante livre em suas propriedades, a maioria dos grandes proprietários do Vale do Paraíba, exceto algumas poucas exceções, continuavam a se basear quase que exclusivamente na utilização do trabalho escravo.

Portanto, conclui-se que a crise da cafeicultura no Vale do Paraíba ocorreu devido à combinação de alguns fatores, entre os quais, tiveram um maior destaque: as práticas agrícolas tradicionais adotadas, que levavam à degradação dos solos da região;

além disso, outro problema grave foi a questão da disponibilidade de mão-de-obra escrava, visto que a partir do fim do tráfico internacional, em 1850, esta acabou por ficar cada vez mais escassa e seus preços cada vez mais elevados, fazendo com que os cafeicultores se endividassem cada vez mais para adquirir novos escravos.

Para finalizar, cabe ressaltar que ainda na década de 1880 o Rio de Janeiro perdeu o posto de principal produtor brasileiro de café, sendo ultrapassado por São Paulo. O Oeste Paulista, com a utilização de mão-de-obra imigrante, com solos de maior fertilidade (“terra roxa”) e com uma topografia mais adequada à cafeicultura passou a ser o principal centro produtor do país.

## Referências Bibliográficas

ALEGRIO, Leila Vilela. *O café no Vale do Paraíba fluminense no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro (CCCRJ), 2008.

BARROS DE CASTRO, Antonio. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMARGO, Rogério; TELLES JÚNIOR, Adalberto de Queiroz. *O café no Brasil Volume 1*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

DEAN, Warren. *Rio Claro, Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura - 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

DELFIN NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. In: Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34 Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 12 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Gustavo Pereira. *Companhia Ararense de Leiteria (1909-1921): O empreendedorismo de Louiz Nougues e a diversificação na economia cafeeira*. Campinas – SP: UNICAMP, 2008. Dissertação de mestrado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

STEIN, Stanley J. *Vassouras, Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil Volume 1*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.